

Não é querer. É merecer e precisar

A infraestrutura de Santa Catarina demanda um investimento de R\$ 11,5 bilhões até 2023, segundo cálculos da Federação das Indústrias (Fiesc). A entidade elaborou uma estimativa do recurso necessário para manutenção e ampliação do setor de transportes considerando a necessidade nos modais rodoviário, ferroviário, aeroviário e aquaviário. O valor anual corresponderia a R\$ 2,89 bilhões, quase metade do orçamento federal da pasta em 2020 (R\$ 6 bilhões) para todo o país. “Santa Catarina tem índices econômicos positivos. Tem expansão do PIB, o emprego é quase pleno. Se nós não tivermos a infraestrutura necessária, podemos perder ou diminuir essa qualidade”, observou o presidente da Fiesc, Mario Cezar de Aguiar, que defende a concessão como forma de acelerar os investimentos.

O problema fica mais evidente quando o Brasil é comparado a outros países. Segundo dados de 2016 divulgados pelo Banco Mundial, o Brasil ocupa a 55ª posição no ranking mundial de logística, apesar de ser o nono no ranking de PIB. Além disso, ficamos com a vergonhosa 80ª posição em competitividade numa lista de 137 outras nações. E pode ser pior. Para Aguiar, a situação das rodovias catarinenses é muito mais grave do que as pesquisas apontam. Um estudo da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) destacou cerca de 12% de ótimo e bom para as estradas que cruzam o estado. Não é à toa que Santa Catarina é o estado que registra mais mortes por quilômetro de rodovia federal entre todas as unidades da federação. “Investir em Santa Catarina não é só uma questão de justiça, mas também uma questão de inteligência estratégica porque é um estado que dá resposta muito rápida aos investimentos feitos aqui”, defende Aguiar.

Parceria

Eliane Ramos



O presidente do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-SC), Marcello Seemann, e a vice-presidente de Administração e Finanças da entidade, Rúbia Albers Magalhães, participaram de reunião com o presidente da Fiesc, Mario Cezar de Aguiar, na manhã desta segunda-feira (9). Na pauta, a possibilidade de parceria do CRC-SC com a Fiesc. A intenção é usar a expertise do Observatório Social da

Federação para, por exemplo, reunir e automatizar dados contábeis dos municípios.

Esta área da Fiesc reúne informações de mais de duas mil fontes, o que traça um panorama geral do estado. Mas, com a parceria, os dados que mais interessam ao

Conselho são os da área contábil dos Executivos municipais. O que mais animou Seemann durante a reunião é que a partir de 2020 as contas públicas entrarão no foco do Observatório, garantindo mais transparência de dados para a sociedade.

Tensão na Capital O final de semana foi tenso - e intenso - no meio político de Florianópolis. A Polícia Federal concluiu a **Operação Chabu** para desarticular uma organização que violava sigilo de operações policiais. Foram indiciados o prefeito Gean Loureiro (DEM) e outras 16 pessoas - policiais civis e federais, empresários, secretários e agentes municipais. A PF apurou várias práticas ilícitas durante as investigações, como vazamento de informações antecipadas a respeito de operações policiais e contrabando de equipamentos de contra inteligência para montar *salas seguras*. O prefeito se antecipou, chamou uma coletiva ainda na manhã de sábado (7) e reafirmou inocência: “As mesmas conclusões distorcidas e confusas que já esclareci no dia operação”.

MP contra a corrupção O Ministério Público (MPSC) celebra o Dia Internacional contra a Corrupção com um índice de resolutividade de 78,76% das ações de improbidade administrativa julgadas em primeiro grau. De cada dez ações ajuizadas, em média oito acolheram pelo menos um dos pedidos. É o que demonstra o último levantamento, realizado entre janeiro de 2018 e setembro de 2019. No período, houve 345 julgamentos procedentes, no todo ou em parte, enquanto as sentenças de improcedência totalizaram apenas 93 casos.

Protesto gratuito Pessoas físicas ou jurídicas, vítimas de inadimplência, já podem utilizar os serviços de protesto gratuito nos

cartórios de Santa Catarina para recuperar valores de títulos não pagos. Com o provimento nº 86/19, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o devedor passa a ser o responsável pelos custos. O presidente do Instituto de Protesto de Títulos de Santa Catarina, Guilherme Gaya, também vice-presidente para Assuntos de Tabelação de Protesto de Títulos da Anoreg-SC, afirma que a medida “reduz o impacto no bolso do empresário ou cidadão, aumenta a recuperação de crédito e reduz o preço dos serviços”. Matéria completa no www.scpportais.com.br

Pequena reação O valor médio que os consumidores catarinenses pretendem gastar, este ano, com presentes de Natal é de R\$ 493,74, apenas 1,4% a mais do que no mesmo período de 2018. Mesmo assim, o presidente da Fecomércio-SC, Bruno Breithaupt, comemora. Segundo ele, a cifra é a maior desde 2015, conforme a *Pesquisa de Intenção de Compras* realizada pela entidade. “Para 44,7% dos entrevistados a situação financeira está melhor e neste ano temos a renda extra com os saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a entrada do 13º salário, que vão dar um gás no consumo”, ressalta.

Os itens mais procurados serão vestuário (67,4%), brinquedos (9,1%) e calçados (5,2%). Foram entrevistadas 2.097 pessoas, no período entre 14 e 23 de novembro, nas cidades de Chapecó, Lages, Florianópolis, Criciúma, Joinville, Itajaí e Blumenau.

TODO MUNDO TEM UMA CAUSA. QUAL É A SUA?

CONTE PRA GENTE NAS NOSSAS REDES SOCIAIS.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA